

[Notícia anterior](#)[Próxima notícia](#)

13 abr 2017 | O Globo | EDUARDO BARRETTO E MARTHA BECK opais@oglobo.com.br

Temer afirma que a crise não vai paralisar o governo

Reforma pode atrasar 'um ou dois meses', mas está mantida, diz Meirelles

“Não há razão para que parlamentares deixem de trabalhar. A agenda continua” Henrique Meirelles Ministro da Fazenda

Um dia depois de virem à tona detalhes da lista de Fachin, o presidente Michel Temer disse que o governo não pode ficar paralisado. “Vou deixar o Judiciário agir”, disse. O ministro Henrique Meirelles (Fazenda) afirmou que os inquéritos não devem atrapalhar a votação da reforma da Previdência. -BRASÍLIA- Um dia após a divulgação da lista de Fachin, o presidente Michel Temer disse que o governo não pode ficar paralisado, da mesma forma que o Congresso e o Judiciário precisam seguir produzindo. Em cerimônia no Palácio do Planalto, Temer afirmou que, se não houver cuidado, os Poderes serão vistos como paralisados.



AÍLTON DE FREITAS

Reformas. O presidente Michel Temer, em cerimônia em Brasília: tentativa de dissociar crise política de reformas

— Aqui no Brasil, se não tomarmos cuidado, daqui a pouco vão dizer que o Executivo não opera, o Legislativo não opera, o Judiciário não opera. E não é assim — declarou o presidente, citado em dois inquéritos abertos pelo ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF).

Temer tem imunidade temporária por ocupar cargo de presidente, não podendo ser investigado por atos estranhos ao exercício de suas funções.

— Não podemos jamais paralisar a atividade legislativa. Temos que dar sequência ao governo, à atividade legislativa, à atividade judiciária — disse Temer, em cerimônia fechada à imprensa.

Oito ministros do governo — dois deles com gabinete no Planalto — serão investigados a partir dos inquéritos instaurados.

— Vou deixar o Judiciário agir — respondeu depois o peemedebista a jornalistas, quando foi questionado se estava preocupado pelo fato de quase um terço dos ministros estar na lista de Fachin.

PLANTÃO EM BRASÍLIA O governo teme que o Congresso, fortemente implicado pelos pedidos de abertura de inquérito — 39 deputados e 24 senados, inclusive os presidentes das Casas —, atrase a tramitação da reforma da Previdência, carro-chefe das reformas.

Apesar de costumar viajar nos fins de semana e feriados, principalmente a São Paulo, Temer deve passar os dias de recesso da Páscoa em Brasília.

Ao GLOBO, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, disse que os inquéritos não devem atrapalhar a aprovação de reformas econômicas, especialmente a da Previdência. Segundo ele, a expectativa do governo é que os parlamentares continuem trabalhando normalmente, especialmente porque os inquéritos têm um tempo para serem concluídos.

— Não há razão para que os parlamentares deixem de trabalhar. A agenda continua — disse Meirelles.

CENÁRIO DE PEQUENO ATRASO O ministro disse que ainda espera que a reforma seja aprovada no Senado até o final do primeiro semestre de 2017, mas admitiu que esse prazo pode se estender. Mesmo assim, ressaltou, não deve haver prejuízo à agenda:

— Se a aprovação não ocorrer no primeiro semestre deste ano e ficar para o segundo semestre, por mim, isso não altera o curso da agenda — disse o ministro da Fazenda.

Em conversas com investidores nacionais e estrangeiros, os técnicos da área econômica ouviram que não haverá problemas se, por exemplo, a reforma da Previdência levar mais tempo para ser aprovada. O que não pode ocorrer, na avaliação dos investidores, é uma diluição muito grande das medidas propostas ou sua não aprovação:

— Atrasar em um ou dois meses a reforma da Previdência pouco me importa para os investidores, contanto, que ela seja aprovada e que ela não seja muito diluída — disse um interlocutor do governo.

Nos bastidores, a equipe econômica está em estado de alerta, embora aposte na aprovação das reformas pelo Congresso.



Integrantes do governo afirmaram ao GLOBO que, a princípio, o que pode ocorrer é uma demora maior do Congresso em aprovar a agenda de reformas e projetos importantes, como o que cria um regime de recuperação fiscal para os estados quebrados, como o Rio. Avaliam, no entanto, que, se a situação se agravar e as medidas econômicas estruturais ficarem em risco, o humor dos investidores em relação ao Brasil pode ser afetado.

Impresso e distribuído por NewspaperDirect | www.newspaperdirect.com, EUA/Can: 1.877.980.4040, Intern: 800.6364.6364 | Copyright protegido pelas leis vigentes.

[Notícia anterior](#)

[Próxima notícia](#)